Produtos Hortícolas: Rastreabilidade e Requisitos Mínimos

Edição: André Luiz B. Oliveira - Autores:

2020-11-12

Contents

1	Legislação Aplicável	5
2	Introdução 2.1 Importância da fiscalização como ferramenta para o cumprimento da legislação e manutenção do sentimento de confiança do consumidor final no abastecimento e consumo de produtos de origem vegetal do Brasil	7
3	Procedimentos de fiscalização de produtos de origem vegetal frescos 3.1 Detalhamento da Legislação específica para a rastreabilidade atualizada e suas aplicações	9 9
4	Noções básicas de fisiologia pós colheita de produtos hortícolas	11
5	Procedimentos de fiscalização e amostragem dos produtos hortícolas para avaliação da conformidade aos requisitos mínimos 5.1 Amostragem para a fiscalização dos requisitos mínimos dos produtos hortícolas	131314
6	Considerações finais	15

4 CONTENTS

Legislação Aplicável

Rastreabilidade - A INC nº 02/2018 estabelece os procedimentos para a aplicação da rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos destinados à alimentação humana, (BRASIL, 2018a).

Requisitos Mínimos dos produtos hortícolas - A IN nº 69/2018 estabelece o Regulamento Técnico definindo os requisitos mínimos de identidade e qualidade para Produtos Hortícolas, (BRASIL, 2018b). Essa norma é assistida pelo Referencial fotográfico que ilustra os requisitos mínimos, um conjunto de imagens que facilitam a identificação dos defeitos e condições das frutas, legumes e verduras não conformes com a IN nº 69/2018 e que devem ser removidos do mercado.

Fiscalização dos requisitos mínimos dos produtos hortícolas - A IN $\rm n^o$ 07/2019 estabelece os procedimentos simplificados para a fiscalização de produtos hortícolas, (BRASIL, 2019).

Fundamentação legal - Lei e Decreto que instituem a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico, (BRASIL, 2000), (BRASIL, 2007).

Introdução

2.1 Importância da fiscalização como ferramenta para o cumprimento da legislação e manutenção do sentimento de confiança do consumidor final no abastecimento e consumo de produtos de origem vegetal do Brasil

Esta publicação irá tratar principalmente da fiscalização dos produtos hortícolas, conforme definição no Decreto da Classificação Vegetal.

Produto hortícola: produto oriundo da olericultura, da fruticultura, da silvicultura, da floricultura e da jardinocultura.

Iremos detalhar a legislação e os procedimentos de fiscalização a serem adotados para a aplicação das seguintes normas:

- Rastreabilidade, detalhes no Capítulo 3;
- Requisitos mínimos, detalhes no Capítulo 5.

Essa publicação foi elaborada em R bookdown (XIE, 2015).

Procedimentos de fiscalização de produtos de origem vegetal frescos

Autor Texto

3.1 Detalhamento da Legislação específica para a rastreabilidade atualizada e suas aplicações

Autor Texto

3.2 Fiscalização da rastreabilidade de produtos hortícolas à luz da Instrução Normativa Conjunta nº 2 de 07 de fevereiro de 2018

Autor Texto

10CHAPTER 3. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

Noções básicas de fisiologia pós colheita de produtos hortícolas

Autor Texto

12CHAPTER 4. NOÇÕES BÁSICAS DE FISIOLOGIA PÓS COLHEITA DE PRODUTOS HORTÍCOI

Procedimentos de fiscalização e amostragem dos produtos hortícolas para avaliação da conformidade aos requisitos mínimos

5.1 Amostragem para a fiscalização dos requisitos mínimos dos produtos hortícolas

Autor Texto

5.2 Fiscalização dos requisitos mínimos dos produtos hortícolas à luz da instrução normativa nº 7, de 13 de maio de 2019 - Estabelece os procedimentos simplificados para a fiscalização de produtos hortícolas

Autor Texto

5.3 Utilização do Referencial fotográfico dos produtos hortícolas durante a fiscalização

Autor Texto Link à página do MAPA com o referencial fotográfico dos produtos hortícolas

Considerações finais

Bibliography

- BRASIL (2000). Lei nº 9.972 de 25 de maio de 2000. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, dou 26/05/2000, seÇÃo 1, pÁgina 01. edition.
- BRASIL (2007). Decreto nº 6.268 de 22 de novembro de 2007. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, dou de 23/11/2007, seÇÃo 1, pÁgina 24, retificado em dou de 12/12/2007, seÇÃo 1, pÁgina 29. edition.
- BRASIL (2018a). Instrução Normativa Conjunta n^o 02 de 07 de fevereiro de 2018. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, dou 08/02/2018, seÇÃo 1, pÁgina 148. edition.
- BRASIL (2018b). *Instrução Normativa nº 69 de 06 de novembro de 2018*. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, d.o.u. de 16/11/2018, seÇÃo 1 pÁgina 28. edition.
- BRASIL (2019). *Instrução Normativa nº 07 de 13 de maio de 2019*. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, dou 23/05/2019, seÇÃo 1, pÁgina 04. edition.
- XIE, Y. (2015). Dynamic Documents with R and knitr. Chapman and Hall/CRC, Boca Raton, Florida, 2nd edition. ISBN 978-1498716963.